

WALBER DE MOURA AGRA

Mestre pela UFPE. Doutor pela *Università degli Studi di Firenze*. Professor da Universidade Católica de Pernambuco, da ASCES e da Universidade Federal de Pernambuco. Professor Visitante da *Università degli Studi di Lecce*. Membro do Conselho Científico do Doutorado da Universidade de Lecce. *Visiting Research Scholar of Cardozo Law School*. Diretor do IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux IV*. Membro Correspondente do Cerdradi – *Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays en Développement*. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária do TSE. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado.

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

8ª edição
revista e atualizada



Rio de Janeiro

- ▣ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- ▣ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- ▣ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- ▣ CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A222c

Agra, Walber de Moura

Curso de direito constitucional/Walber de Moura Agra. – 8.ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Anexo

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5026-2

1. Direito constitucional. 2. Direito constitucional – Brasil.

I. Título.

06-0039.

CDU 342

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação à Oitava Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Sétima Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Sexta Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Quinta Edição</i>	XX
<i>Apresentação à Quarta Edição</i>	XX
<i>Apresentação à Terceira Edição</i>	XX
<i>Apresentação à Segunda Edição</i>	XX
<i>Apresentação</i>	XXI
Capítulo I – Estado	1
1.1. Território	2
1.2. Povo	3
1.3. Governo	3
1.4. Poder	4
1.5. Origem e justificação do Estado	6
1.5.1. Estado Antigo	7
1.5.2. Estado Grego.	8
1.5.3. Estado Romano	9
1.5.4. Estado Medieval	9
1.6. Estado de direito	11
1.7. O Estado Moderno	13
1.8. O Estado Liberal e o Estado Social	14
1.9. A crise do Estado Social de Direito	15
1.10. Globalização	18
1.11. Pós-modernidade e a crise do direito legislado	19
Capítulo II – Poder Constituinte	23
2.1. Poder Reformador	25
2.2. Poder Decorrente e suas limitações	26
2.3. Modificação pela mutação constitucional	31
Capítulo III – Constituição	35
3.1. Força normativa	37
3.2. Sistemas constitucionais	40
3.2.1. Sistema inglês	40
3.2.2. Sistema francês	42
3.2.3. Sistema norte-americano	43
3.3. Neoconstitucionalismo	44
3.3.1. O papel dos direitos fundamentais no neoconstitucionalismo	47
3.4. Visão sociológica da Constituição	49
3.5. Visão jurídica da Constituição	50
3.6. Visão política da Constituição	51
3.7. Características da Constituição	52
3.8. Classificações das Constituições	54

3.8.1. Quanto ao conteúdo	54
3.8.1.1. Constituição material	54
3.8.1.2. Constituição formal	55
3.8.2. Quanto à origem	56
3.8.2.1. Constituição promulgada	56
3.8.2.2. Constituição outorgada	57
3.8.3. Quanto à forma	57
3.8.3.1. Constituição costumeira.	57
3.8.3.2. Constituição escrita	57
3.8.4. Quanto à estabilidade	58
3.8.4.1. Constituição rígida.	58
3.8.4.2. Constituição flexível	58
3.8.4.3. Constituição semirrígida	58
3.8.4.4. Constituição imutável	58
3.8.4.5. Constituição fixa	59
3.8.5. Quanto à extensão	59
3.8.5.1. Constituição sintética	59
3.8.5.2. Constituição analítica	59
3.8.6. Quanto ao modo de elaboração	60
3.8.6.1. Constituição dogmática	60
3.8.6.2. Constituição histórica	60
3.9. Outros tipos de classificações	60
3.10. Diferenciação entre fonte constitucional formal e material.	62
3.11. Histórico das Constituições brasileiras	62
3.11.1. Constituição de 1824.	62
3.11.2. Constituição de 1891.	65
3.11.3. Constituição de 1934.	65
3.11.4. Constituição de 1937.	66
3.11.5. Constituição de 1946.	67
3.11.6. Constituição de 1967/1969.	68
3.11.7. Constituição de 1988	69
3.11.8. A Constituição de 1988 e seu papel dirigente.	71
3.12. Interpretação constitucional.	72
3.12.1. Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição	73
3.12.2. Peculiaridades da interpretação constitucional.	74
3.12.3. Inicialidade da Constituição	75
3.12.4. Conteúdo político	75
3.12.5. Linguagem em forma sintética	76
3.12.6. Predominância das normas de estrutura na Constituição	76
3.12.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais	77
3.12.8. Métodos clássicos de interpretação constitucional	77
3.12.9. Classificação da interpretação quanto à origem	78
3.12.10. A tópica de Theodor Viehweg.	78
3.12.11. A metódica estruturante de Friedrich Müller	79
3.13. A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico	80
Capítulo IV – Eficácia das Normas Constitucionais	85
4.1. Normas constitucionais de eficácia absoluta	87
4.2. Normas constitucionais de eficácia plena	88
4.3. Normas constitucionais de eficácia limitada	89
4.4. Normas programáticas.	89

4.5. Normas de princípios institutivos	91
4.6. Normas de eficácia contida	92
Capítulo V – Aplicabilidade das Normas Constitucionais no Tempo	95
5.1. Desconstitucionalização	95
5.2. Repristinação	96
5.3. <i>Vacatio constitutionis</i>	96
5.4. Recepção das normas infraconstitucionais	97
Capítulo VI – Preâmbulo Constitucional	99
Capítulo VII – Princípios Fundamentais	103
7.1. Princípios e regras	103
7.1.1. “Conceitos jurídicos indeterminados”	106
7.2. Princípios fundamentais	107
7.3. Regime democrático	108
7.4. Formas de Estado: unitário e federal	110
7.5. Formas de governo: monarquia e república	112
7.5.1. Republicanismo	114
7.6. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo	117
7.7. Fundamentos da República Federativa do Brasil	119
7.7.1. Soberania	119
7.7.2. Cidadania	122
7.7.3. Dignidade da pessoa humana	123
7.7.3.1. Fundamentação do princípio da dignidade humana	125
7.7.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	125
7.7.5. Pluralismo político	126
7.8. Legitimação do poder	127
7.9. Separação de poderes	128
7.10. Objetivos fundamentais	129
7.11. Princípios constitucionais internacionais	130
Capítulo VIII – Teoria Geral dos Direitos Humanos	133
8.1. Introdução	133
8.2. Direitos humanos	134
8.3. Tentativa de conceituação dos direitos fundamentais	136
8.4. Retrospectiva histórica dos direitos humanos	141
8.5. Evolução das principais declarações de direitos	145
8.5.1. <i>Magna Charta Libertatum</i> (1215)	145
8.5.2. A Carta da Virgínia (1606)	146
8.5.3. <i>Petition of Rights</i> (1628)	147
8.5.4. <i>Bill of Rights</i> (1689)	148
8.5.5. Declaração de Direitos da Virgínia (1776)	149
8.5.6. Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)	150
8.5.7. Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789)	152
8.5.8. Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1917)	153
8.5.9. Declaração de Direitos do Homem (1948)	155
8.6. Classificação dos direitos humanos	156
8.7. Evolução dos direitos humanos	157
8.8. Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos humanos	161

8.8.1. Dimensão subjetiva	161
8.8.2. Dimensão objetiva	161
8.9. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	162
8.10. Funções dos direitos humanos	163
8.10.1. Função de defesa	163
8.10.2. Função de prestação	163
8.10.3. Função de proteção perante terceiros	164
8.10.4. Função de não discriminação	164
8.11. Características dos direitos humanos	164
8.11.1. Historicidade	165
8.11.2. Universalidade	165
8.11.3. Inalienabilidade	165
8.11.4. Imprescritibilidade	166
8.11.5. Irrenunciabilidade	166
8.11.6. Limitabilidade	166
8.11.7. Concorrência	167
8.11.8. Constitucionalização	167
8.12. Limitação horizontal dos direitos humanos e o princípio da proporcionalidade	168
8.13. Tolerância	171
8.14. Eficácia horizontal dos direitos humanos (<i>Drittwirkung</i>)	171
Capítulo IX – Direitos Individuais e Coletivos	173
9.1. Direito à vida	175
9.1.1. Quando começa a vida humana	176
9.2. Direito à liberdade	178
9.3. Isonomia	180
9.4. Isonomia de sexo	182
9.5. Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia	184
9.6. Princípio da legalidade	187
9.6.1. Jurisprudencialização	189
9.7. Direito de resistência	191
9.8. Princípio da liberdade de locomoção	192
9.9. Princípio da liberdade profissional	192
9.10. Princípio da liberdade de pensamento	193
9.10.1. Pensamento	193
9.10.2. Direito à informação pelos órgãos públicos	194
9.10.3. Liberdade de expressão de pensamento	195
9.10.4. Restrições à liberdade de pensamento	197
9.10.5. Ressarcimento do dano	197
9.10.6. Liberdade de consciência	199
9.10.7. Liberdade de crença	199
9.10.8. Escusa de consciência	200
9.11. Direito de privacidade	200
9.12. Direito à inviolabilidade de domicílio	202
9.13. Direito à inviolabilidade de comunicação	203
9.14. Direitos coletivos	209
9.14.1. Direito de reunião	209
9.14.2. Direito de associação	210
9.15. Direito de propriedade e sua função social	211
9.15.1. Exceções ao direito de propriedade	211

9.15.2. Defesa da pequena propriedade rural	213
9.15.3. Direito à herança	213
9.15.4. Propriedade imaterial	213
Capítulo X – Garantias Constitucionais Processuais	217
10.1. Direito processual constitucional e direito constitucional processual	217
10.2. Direito de petição	218
10.3. Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário	219
10.4. Duplo grau de jurisdição	220
10.5. Princípio da irretroatividade mitigada	221
10.6. Vedação de tribunais de exceção e juiz natural	223
10.7. Soberania do Tribunal do Júri	224
10.7.1. Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a, b e c</i> , da CF)	224
10.8. Princípio da legalidade penal	225
10.9. Crime de racismo e crimes hediondos	226
10.10. Penas permitidas e proibidas	228
10.11. Princípio do devido processo legal	229
10.12. Vedação à extradição de nacionais	232
10.13. Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF)	236
10.14. Prisão civil	238
10.15. Direito à duração razoável do processo	239
Capítulo XI – Remédios Constitucionais, Garantias Constitucionais e <i>Writs</i> Constitucionais	241
11.1. <i>Habeas corpus</i>	243
11.2. Mandado de segurança	246
11.2.1. Procedimento do mandado de segurança	249
11.2.2. Mandado de segurança coletivo	252
11.3. Mandado de injunção	258
11.4. <i>Habeas data</i>	263
11.4.1. Fase pré-processual	265
11.4.2. Fase judicial	265
11.5. Ação popular	266
11.6. Ação civil pública	268
11.6.1. Competência	269
11.6.2. Legitimidade	270
11.6.3. Inquérito civil	272
11.6.4. Compromisso de ajustamento de conduta	272
11.6.5. Coisa julgada	273
11.6.6. Da responsabilidade ambiental do réu e a sentença	273
11.6.7. Sucumbência	273
11.7. Da ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade	274
Capítulo XII – Aplicabilidade Imediata dos Direitos e Garantias Fundamentais e o seu Caráter Exemplicativo	275
12.1. Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais	275
12.2. Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais	276
12.3. A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais	277
12.4. O controle de convencionalidade e a interpretação pela norma mais favorável ao titular do direito	279
12.5. A jurisdição do Tribunal Penal Internacional	280

Capítulo XIII – Direitos Sociais	283
13.1. Definição dos direitos sociais.	285
13.1.1. Enquadramento dos Direitos Sociais.	292
13.1.2. Coercitividade dos Direitos Sociais	294
13.1.3. Direitos individuais dos trabalhadores	297
13.1.4. Garantia de emprego.	297
13.1.5. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	298
13.1.6. Seguro-desemprego.	298
13.1.7. Salário mínimo	298
13.1.8. Condições dignas de trabalho, repouso e inatividade.	299
13.1.9. Proteção.	301
13.1.10. Estipulação da jornada de trabalho	301
13.1.11. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.	302
13.1.12. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas	303
13.1.13. Proteção em face da automação	303
13.1.14. Participação nos lucros e cogestão	303
13.1.15. Vantagens salariais	305
13.1.16. Vedações nas relações trabalhistas	306
13.1.17. Prazo prescricional	307
13.1.17.1. Da extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos	308
13.2. <i>Entrenchment</i> dos direitos sociais	309
13.2.1. Estabelecimento dos parâmetros do <i>entrenchment</i>	313
13.2.2. Extensão do <i>entrenchment</i> . O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais	314
13.2.3. Reserva do possível.	318
13.3. Direitos coletivos dos trabalhadores	320
13.3.1. Liberdade de associação profissional ou sindical	320
13.3.2. Liberdade sindical.	320
13.3.3. Liberdade de adesão sindical	321
13.3.4. Liberdade de atuação sindical.	321
13.3.5. Proteção aos dirigentes sindicais	321
13.3.6. Greve.	321
13.3.7. Substituição processual.	323
13.3.8. Participação laboral.	323
13.3.9. Representação na empresa	323
Capítulo XIV – Nacionalidade	325
14.1. Exceções ao <i>jus soli</i>	327
14.2. Formas de naturalização	328
14.3. Princípio da reciprocidade	329
14.4. Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	329
14.5. Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados.	330
14.6. Perda da nacionalidade do brasileiro	330
14.7. Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	331
14.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira	331
14.9. Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil	333
14.10. Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	333
14.11. Língua oficial e símbolos nacionais.	334
Capítulo XV – Direitos Políticos	335
15.1. A soberania popular e a soberania da nação.	335

15.2. Legitimação democrática	336
15.3. Institutos da democracia participativa	337
15.4. Representação política	339
15.5. Sistemas eleitorais	340
15.6. Alistamento eleitoral e voto	341
15.7. Condições de elegibilidade	341
15.8. Reeleição	342
15.9. Inelegibilidade	343
15.9.1. Da natureza jurídica da inelegibilidade	345
15.9.2. Inelegibilidade como situação jurídica	346
15.10. Elegibilidade do militar	347
15.11. Ação de impugnação	347
15.12. Perda e suspensão dos direitos políticos	348
15.13. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i>	349
 Capítulo XVI – Partidos Políticos	 353
16.1. Histórico	353
16.2. Criação	354
16.3. Princípios partidários	355
16.4. Quociente eleitoral	356
16.5. Fidelidade partidária	357
16.6. Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária	361
16.7. Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.526/2007	362
 Capítulo XVII – Organização Político-Administrativa	 365
17.1. Desmembramento dos Estados-membros e dos Municípios	365
17.1.1. Requisitos para o desmembramento de Estado-membro	366
17.1.2. Requisitos para o desmembramento de Município	366
17.2. Vedações aos entes federativos	367
17.3. Bens da União	368
 Capítulo XVIII – Competência Federativa	 371
18.1. Competência exclusiva da União	373
18.2. Competência privativa	375
18.3. Competência comum	376
18.4. Competência concorrente	378
18.5. Competência dos Estados federados	380
18.5.1. Competência residual	380
18.5.2. Competência de organização administrativa	381
18.6. Conflito na repartição de competência	381
18.7. Bens dos Estados-membros	382
18.8. Organização política dos Estados-membros	383
18.9. A estrutura constitucional dos Municípios	384
18.10. Competência municipal	385
18.11. Organização política dos Municípios	388
18.12. Fiscalização municipal	393
18.13. Distrito Federal	394
18.14. Territórios	395
 Capítulo XIX – Intervenção	 399
19.1. Intervenção estadual e municipal	400

19.2. Tipos de intervenção	401
19.3. Concretização da intervenção	402
19.4. Limites da intervenção federal.	405
19.5. Natureza da intervenção.	405
19.6. Motivos da intervenção nos Estados	406
19.7. Motivos da intervenção nos Municípios	407
19.8. Requisitos para a decretação da intervenção	408
Capítulo XX – Administração Pública	411
20.1. Considerações preliminares.	411
20.2. Princípios da Administração Pública	412
20.2.1. Princípio da legalidade	412
20.2.2. Princípio da moralidade	414
20.2.3. Princípio da impessoalidade	414
20.2.4. Princípio da publicidade	415
20.2.5. Princípio da eficiência.	415
20.2.5.1. Características do princípio da eficiência	416
20.3. Princípios implícitos da Administração Pública	417
20.3.1. Princípio da supremacia do interesse público.	417
20.3.2. Princípio da finalidade	418
20.3.3. Princípio da motivação	418
20.3.4. Princípio da responsabilidade estatal	419
20.4. Investidura na administração pública.	419
20.5. Direito de greve dos servidores públicos	423
20.6. Remuneração dos servidores públicos.	425
20.7. Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público.	427
20.8. Improbidade administrativa	428
20.9. Responsabilidade da Administração Pública	431
20.10. Licitação para contratação de obras, serviços, compra e alienações pela Administração Pública	433
20.11. Publicidade dos órgãos públicos	440
20.12. Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos	441
20.12.1. Pressupostos necessários à sua configuração	442
20.12.2. Hipóteses de responsabilidade civil por atos legislativos.	444
20.13. Perda de cargo ou emprego público.	445
20.14. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	447
Capítulo XXI – Regime previdenciário dos servidores públicos	449
21.1. Regime previdenciário dos servidores públicos	449
21.2. Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos	451
21.3. Previdência complementar.	452
21.4. Aposentadoria dos futuros servidores	453
21.5. Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais	455
21.6. Aposentadoria proporcional.	456
21.7. Pedágio para a aposentadoria pela regra de transição	456
21.8. Abono de permanência.	459
21.9. Novas regras das pensões.	459
21.10. Teto salarial	460
21.11. Sistema previdenciário dos Estados, Municípios e Distrito Federal	463

21.12. Transição para os servidores que começaram a trabalhar mais cedo	464
21.13. Aposentadoria especial	465
21.14. Doenças incapacitantes	465
21.15. Contribuição dos inativos	465
21.15.1. Proteção parcial dos direitos adquiridos	466
21.16. A contribuição dos inativos e o direito adquirido	467
21.17. Outras inconstitucionalidades da reforma previdenciária	470
21.18. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária	473
Capítulo XXII – Regiões	475
Capítulo XXIII – Poder Legislativo	477
23.1. <i>Quorum</i>	480
23.2. Atribuições do Congresso Nacional	481
23.2.1. Atribuição legislativa imprópria	482
23.2.2. Atribuição legislativa própria	483
23.2.3. Direito de convocação	484
23.2.4. Direito de audiência	485
23.2.5. Direito de informação administrativa	485
23.3. Atribuições da Câmara dos Deputados	485
23.4. Atribuições do Senado	486
23.5. Imunidades parlamentares e perda de mandato	488
23.5.1. Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal)	491
23.5.2. Extensão da imunidade	493
23.5.3. Impedimentos dos parlamentares	494
23.5.4. Perda do mandato	495
23.5.5. Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos	497
23.5.6. Licenças	497
23.6. Reunião	498
23.6.1. Sessões extraordinárias	500
23.6.2. Sessões conjuntas	500
23.7. Comissão representativa	501
23.8. Comissões	502
23.9. Comissões Parlamentares de Inquérito	502
23.9.1. Princípio da colegialidade	506
Capítulo XXIV – Processo Legislativo	507
24.1. Da não existência de hierarquização no art. 59 da CF	508
24.2. Emendas constitucionais	510
24.2.1. Limites materiais	510
24.2.2. Limites temporais	513
24.2.3. Limites circunstanciais	513
24.2.4. Procedimento das emendas	515
24.3. Leis complementares	517
24.4. Leis ordinárias. Procedimento ordinário	518
24.5. Procedimento sumário	526
24.6. Procedimento sumaríssimo	527
24.7. Procedimento legislativo abreviado	527

24.8. Procedimento legislativo concentrado	527
24.9. Procedimento legislativo especial	527
24.10. Leis delegadas	528
24.11. Medidas provisórias	529
24.11.1. Medidas provisórias editadas por governadores	536
24.12. Lei federal e lei nacional	537
24.13. Decretos legislativos e resoluções	537
24.14. Tratados internacionais	538
24.15. Leis orçamentárias	540
Capítulo XXV – Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	543
Capítulo XXVI – Poder Executivo	551
26.1. Competência do Presidente da República	553
26.2. Ministros de Estado	556
26.3. <i>Impeachment</i>	556
26.3.1. Histórico	556
26.3.2. Crimes de responsabilidade	558
26.3.3. Crimes comuns	559
26.3.4. Procedimento nos crimes de responsabilidade	559
26.3.5. Procedimento nos crimes comuns	561
26.3.6. Sanção	562
26.3.7. Responsabilidade relativa do Presidente da República	562
26.3.8. Competência do STF para julgamento dos crimes comuns	563
26.3.9. Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns	563
Capítulo XXVII – Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	565
27.1. Conselho da República	565
27.2. Conselho de Defesa Nacional	566
Capítulo XXVIII – Poder Judiciário	569
28.1. Estrutura do Poder Judiciário	569
28.2. Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas	573
28.3. Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento	575
28.4. Recusa do juiz mais antigo	577
28.5. Impedimento de promoção	578
28.6. Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau	579
28.7. Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados	579
28.8. Obrigatoriedade de residência na comarca	580
28.9. Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados	581
28.10. Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do Órgão Especial	582
28.11. Agilização da prestação jurisdicional	584
28.12. Quinto constitucional nos tribunais	586
28.13. Juizados Especiais e Justiça de Paz	587
28.14. Autonomia do Poder Judiciário	588
28.15. Supremo Tribunal Federal	590
28.16. Extensão dos efeitos vinculantes da decisão	594
28.17. Súmula vinculante	595
28.18. Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal	598
28.19. Conselho Nacional de Justiça	611
28.20. A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	614

28.21. A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça	615
28.22. Superior Tribunal de Justiça	616
28.23. Recurso extraordinário e recurso especial	620
28.24. Repercussão geral dos recursos extraordinários	623
28.25. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	625
28.25.1. Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal	628
28.26. Tribunais e juízes do trabalho	629
28.26.1. Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho	629
28.26.2. Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	631
28.26.3. Varas da Justiça do Trabalho	631
28.26.4. Competência da Justiça do Trabalho	632
28.26.5. Tribunais Regionais do Trabalho	640
28.27. Tribunais e juízes eleitorais	641
28.28. Tribunais e juízes militares	643
28.29. Tribunais e juízes dos Estados	645
28.30. Precatórios	646
Capítulo XXIX – Jurisdição Constitucional	655
29.1. Conceito de jurisdição	655
29.2. Classificação da jurisdição	656
29.3. Definição de jurisdição constitucional	658
29.4. Natureza da jurisdição constitucional	659
29.5. Função da jurisdição constitucional	661
Capítulo XXX – Controle de Constitucionalidade	665
30.1. Fundamentação	665
30.2. Natureza do ato declarado inconstitucional	667
30.3. Histórico	668
30.4. Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras	670
30.5. Órgãos de controle de constitucionalidade	672
30.6. Tipos de inconstitucionalidade	674
30.7. Momentos de incidência do controle de constitucionalidade	678
30.8. Controle das normas constitucionais no tempo	681
30.9. Extensão da inconstitucionalidade	683
30.10. Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn	684
30.11. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	688
30.12. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC	696
30.13. Ação direta interventiva	699
30.14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF	701
30.14.1. Competência	703
30.14.2. Inovações	704
30.14.3. Procedimento	705
30.14.4. Princípio da subsidiariedade	707
30.14.5. Analogia com o recurso constitucional alemão	709
30.14.6. Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade	710
30.15. Controle difuso ou por via de exceção	712
30.16. Modulação de efeitos em sede de controle difuso	717
30.17. Transcendência dos motivos em ações diretas	719
30.18. Efeito vinculante em sede de controle difuso?	720
30.19. O controle difuso e a reserva de plenário	722

30.20. Controle de constitucionalidade nos âmbitos estadual e municipal.	724
30.21. Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto. . .	727
30.22. Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade).	729
30.23. Bloco de constitucionalidade.	735
30.24. Inconstitucionalidade da coisa julgada	738
Capítulo XXXI – Funções Essenciais à Justiça	743
31.1. Ministério Público	744
31.1.1. Natureza do Ministério Público	746
31.1.2. Princípios institucionais (art. 127, § 1º, da CF)	747
31.1.2.1. Unidade	747
31.1.2.2. Indivisibilidade	748
31.1.2.3. Independência funcional	749
31.1.3. Garantias	749
31.1.3.1. Vitaliciedade.	750
31.1.3.2. Inamovibilidade	750
31.1.3.3. Irredutibilidade de subsídios	750
31.1.4. Vedações	750
31.1.5. Autonomia administrativa e funcional	751
31.1.6. Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público.	752
31.1.7. Provisão	753
31.1.8. Funções institucionais.	753
31.2. Controle “externo” do Ministério Público.	754
31.3. Advocacia pública	756
31.4. Advogados	758
31.5. Defensoria Pública.	762
31.6. Autonomia da Defensoria Pública	764
Capítulo XXXII – Estado de Excepcionalidade Legal	767
32.1. Histórico.	768
32.2. Estado de defesa.	769
32.3. Motivos para a instalação do estado de defesa	770
32.4. Medidas do estado de defesa	770
32.5. Estado de sítio	771
32.6. Motivos para a instalação do estado de sítio	772
32.7. Medidas do estado de sítio.	773
32.8. Disposições gerais do estado de sítio e de defesa	774
Capítulo XXXIII – Forças Armadas	775
Capítulo XXXIV – Segurança Pública	781
Capítulo XXXV – Sistema Tributário Nacional.	785
35.1. Princípios gerais.	785
35.1.1. Conceito de tributo	785
35.1.2. Espécies de tributos.	786
35.1.2.1. Impostos.	786
35.1.2.2. Taxas	787
35.1.2.3. Contribuição de melhoria.	787
35.1.3. Capacidade contributiva	788

35.1.4. Regulamentação por meio de lei complementar	788
35.1.5. Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte.	789
35.1.6. Arrecadação no Território Federal	789
35.1.7. Empréstimo compulsório	790
35.1.8. Contribuições	790
35.2. Limitações ao poder de tributar	792
35.2.1. Princípio da legalidade tributária	792
35.2.2. Princípio da isonomia	792
35.2.3. Princípio da irretroatividade	793
35.2.4. Princípio da anterioridade	793
35.2.5. Princípio da noventena	794
35.2.6. Princípio da proibição de confisco	794
35.2.7. Liberdade de tráfego	795
35.2.8. Imunidade tributária	796
35.2.8.1. Imunidade recíproca	796
35.2.8.2. Imunidade dos templos de qualquer natureza	797
35.2.8.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos	798
35.2.8.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	798
35.2.8.5. Imunidade para fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil.	798
35.3. Exoneração tributária	799
35.4. Substituição tributária	799
35.5. Vedações à União.	799
35.6. Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	800
35.7. Impostos da União	800
35.7.1. Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior	800
35.7.2. Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza	801
35.7.3. Imposto sobre Produtos Industrializados	801
35.7.4. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	802
35.7.5. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	802
35.7.6. Imposto sobre grandes fortunas	803
35.7.7. Competência residual e impostos extraordinários	803
35.8. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	803
35.8.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação	803
35.8.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS	804
35.8.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	806
35.9. Impostos municipais	806
35.9.1. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	806
35.9.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i>	807
35.9.3. Imposto sobre Serviços – ISS	807
35.10. Repartição das receitas tributárias	808
35.10.1. Repartição direta aos Estados e ao Distrito Federal	808
35.10.2. Repartição direta aos Municípios	809
35.10.3. Repartição indireta por parte da União	809
35.10.4. Vedação de retenção	810

Capítulo XXXVI – Finanças Públicas	811
36.1. Normas gerais	811
36.2. Leis orçamentárias	813
36.3. Procedimento de confecção das leis orçamentárias	815
36.4. Vedações às leis orçamentárias	816
36.5. Despesas de pessoal	818
Capítulo XXXVII – Da Ordem Econômica e Financeira	821
37.1. Dos princípios gerais da atividade econômica	822
37.2. Intervenção do Estado na economia	825
37.3. O Estado como agente normativo	827
37.4. Prestação de serviço público por parte do Estado	828
37.5. Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	829
37.6. Política urbana	831
37.7. Desapropriação de imóveis urbanos	832
37.8. Usucapião urbano	832
37.9. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	833
37.10. Usucapião rural	835
Capítulo XXXVIII – Sistema Financeiro Nacional	837
38.1. Correção da impropriedade temática	837
38.2. Nova estruturação do art. 192	838
38.3. Modificação do art. 52 do ADCT	840
Capítulo XXXIX – Ordem Social	841
39.1. Seguridade social	842
39.1.1. Diversidade de financiamento	842
39.2. Saúde	844
39.2.1. Conceituação do direito à saúde	847
39.2.2. Efetivação do direito à saúde	850
39.3. Previdência Social	854
39.4. Assistência social	857
39.5. Educação	858
39.6. Cultura	863
39.7. Desporto	866
39.8. Ciência e tecnologia	867
39.9. Comunicação social	869
39.10. Meio ambiente	872
39.11. Família	876
39.12. Índios	882
Bibliografia	885